



# GABARITO

## EAP/2009

### 1º TEN QOPM/QOC

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D
21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2009

(a) FRANCISCO DE ASSIS LEAL DA SILVA, TEN CEL PM  
CHEFE DO CRS

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS**

**1ª QUESTÃO** – A Lei n. 5.301, de 16/10/69 – EMEMG, contempla uma série de requisitos para ingresso nas Instituições Militares Estaduais - IME, dentre os quais o de “não apresentar, quando em uso dos diversos uniformes, tatuagem visível que seja, por seu significado, incompatível com o exercício das atividades de policial militar ou de bombeiro militar.” A respeito do tema, é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) Este requisito não é observado para ingresso no QOS-PM.
- B. ( ) Para efeito de ingresso nas IME, a existência de tatuagem não pode ser comprovada por médicos contratados, mas somente por médicos do QOS.
- C. ( ) O princípio da razoabilidade deve ser observado pela comissão avaliadora quando do exame da tatuagem existente no candidato.**
- D. ( ) Comprovada a existência de tatuagem visível, o candidato será reprovado do certame, não cabendo, neste caso, recurso à junta examinadora.

**2ª QUESTÃO** – Preocupado com a padronização de condutas e a uniformização de sua tropa, bem como a situação dos militares inativos da cidade onde serve, o Cap Cmt da 90ª Cia do 80º BPM determinou ao Ten Cmt do 1º Pelotão pesquisar a respeito do uso de uniformes na Corporação, nos termos contidos na Lei n. 5.301, de 16/10/69. Neste sentido, corretamente afirmou o Tenente:

- A. ( ) O Comandante-Geral pode proibir, temporariamente, o uso de uniformes pelos militares da reserva, mas em nenhuma hipótese esta proibição pode ser definitiva.
- B. ( ) Os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo, usam uniforme idêntico aos da ativa, nos termos do RUIPM.**
- C. ( ) Os militares reformados somente podem usar uniformes por ocasião de cerimônias militares e desde que autorizados pelo Comandante-Geral.
- D. ( ) O militar, estando de folga, não pode usar uniforme em manifestações de caráter político-partidário, exceto se autorizado pelo seu chefe direto.

**3ª QUESTÃO** – Nos termos da Lei n. 5.301, de 16/10/69, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) A idade limite para permanência no serviço ativo, para oficiais do QOPM e praças do QPPM, é de 60 (sessenta) anos.**
- B. ( ) A idade limite para permanência do oficial do QOPM ou praça do QPPM na reserva é de 70 (setenta) anos.
- C. ( ) O oficial do QOS que atingir 60 anos de idade será compulsoriamente transferido para a reserva.
- D. ( ) Em nenhuma hipótese o oficial que atingir 30 (trinta) anos de efetivo serviço poderá permanecer no serviço ativo.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**4ª QUESTÃO** – Determinado Sd 2ª Classe, cursando o CTSP no CET, cuja duração é de nove meses, e desanimado com a carreira militar, questionou ao Tenente Chefe de Curso a respeito do tempo mínimo em que deverá permanecer na Corporação, após o respectivo curso, para que lhe seja concedida a baixa do serviço, a pedido, sem que precise indenizar o Estado. O Tenente corretamente respondeu que o tempo mínimo é de:

- A. ( ) 01 (um) ano.
- B. ( ) 02 (dois) anos.
- C. ( ) 03 (três) anos.**
- D. ( ) 05 (cinco) anos.

**5ª QUESTÃO** – Considere a seguinte situação: no ano de 2010, 75 militares foram declarados Aspirantes-a-Oficial (dado hipotético). Em 2019, ano em que a turma de 2010 concorrerá pela primeira vez à promoção ao posto de Capitão por merecimento, existe o seguinte quadro:

- Os 75 militares declarados Aspirantes-a-Oficial são 1º Tenentes;
  - Destes, 02 se encontram no conceito B-27 (vinte e sete pontos negativos), 03 estão submetidos a PAD e 05 estão presos à disposição da justiça, sem prestarem serviço. Os demais militares não possuem qualquer restrição à promoção;
  - Estas circunstâncias permaneceram até a data da promoção.
- Diante de tais informações e considerando o previsto na Lei n. 5.301, de 16/10/69, pode-se afirmar que o número de vagas para esta promoção será de:

- A. ( ) 22.
- B. ( ) 23.**
- C. ( ) 24.
- D. ( ) 25.

**6ª QUESTÃO** – A demissão de militar da ativa com menos de três anos de efetivo serviço será precedida de Processo Administrativo-Disciplinar Sumário – PADS. A respeito do tema, nos termos contidos no CEDM, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) Uma das situações para instauração do PADS é o militar cometer um fato que afete o decoro da classe, independentemente do conceito em que se encontrar.**
- B. ( ) O prazo para conclusão do PADS é de quinze dias, prorrogável por igual período.
- C. ( ) No PADS, não é permitida à defesa contraditar a testemunha.
- D. ( ) É assegurado à defesa o arrolamento de até três testemunhas, no máximo.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**7ª QUESTÃO** – A reforma disciplinar compulsória é uma das espécies de sanções disciplinares previstas no CEDM. A respeito desta sanção é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) A reforma disciplinar compulsória consiste no desligamento do militar da reserva dos quadros da Corporação.
- B. ( ) Pode ser reformado disciplinarmente o militar que estiver submetido a processo por crime contra o patrimônio particular.
- C. ( ) Não pode ser reformado disciplinarmente o militar que estiver cumprindo pena.**
- D. ( ) O militar da ativa, para ser reformado disciplinarmente, deve possuir, no mínimo, vinte anos de efetivo serviço.

**8ª QUESTÃO** – No processo de aplicação de uma sanção disciplinar, há a etapa do “julgamento da transgressão”. Nesta etapa, a autoridade competente para aplicar a sanção deve realizar uma análise prévia, considerando, entre outros fatores:

- A. ( ) O conceito em que o militar será classificado, caso seja punido.
- B. ( ) O parecer dado pelo chefe direto do militar, acerca do fato.
- C. ( ) O posto ou a graduação na qual se encontra o militar.
- D. ( ) As conseqüências que possam advir da transgressão cometida.**

**9ª QUESTÃO** – Determinado 1º Tenente do 1º BPM, candidato à promoção ao posto de Capitão PM no ano de 2009, chegou às seguintes conclusões em relação à sua situação para fins de pontuação na ficha de promoção:

- I – Tendo em vista que minha nota no CFO foi 9,0 e no EAP de 1º Ten foi 8,0, a nota que prevalecerá, para fins de registro na ficha de promoção, será de 2,55.
- II – Possuo um curso de graduação em faculdade particular e portanto será acrescida em minha ficha 0,09 ponto na promoção de 2009.
- III – Possuo 15 elogios como oficial, sendo 10 recebidos como 1º Ten e 05 como 2º Ten. Tendo em vista que cada elogio equivale a 0,05 ponto, terei acrescida em minha ficha 0,5 ponto.
- IV - Possuo a Medalha de Mérito Militar, grau bronze, e a Medalha da Inconfidência. Portanto, terei acrescida em minha ficha 0,08 ponto.

Nos termos do Decreto n. 44.556, de 28/06/07 – RPO, está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) conclusão(ões):

- A. ( ) I, apenas.**
- B. ( ) I e IV, apenas.
- C. ( ) II e III, apenas.
- D. ( ) II, III e IV, apenas.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**10ª QUESTÃO** – Uma das espécies de promoção previstas no Decreto n. 44.556, de 28/06/07 – RPO, é a promoção por ato de bravura. A respeito do tema é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) Os efeitos da promoção por ato de bravura são válidos a partir da data de assinatura do ato e não são retroativos à data da ação policial.
- B. ( ) Não há necessidade de se proceder ao processo administrativo para se verificar as condições para estabelecimento do ato de bravura.
- C. ( ) O acesso ao oficialato (primeiro posto) decorrente da promoção por ato de bravura se dará no QOC ou no QOE.**
- D. ( ) A competência para concessão da promoção por ato de bravura é da Comissão de Promoção de Oficiais.

**11ª QUESTÃO** – A respeito do Processo Administrativo de Exoneração (PAE), é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) Deve-se instalar um processo para cada militar, mesmo que dois militares se enquadrem em causas de submissão por situações conexas.
- B. ( ) A parte interessada terá amplo acesso ao processo, desde que solicite formalmente vista ou cópia do todo ou de suas partes.**
- C. ( ) Os atos do processo deverão ser realizados obrigatoriamente em dias úteis, das 07 às 18h.
- D. ( ) A defesa poderá ser realizada pelo próprio acusado ou por advogado constituído.

**12ª QUESTÃO** – Ao final de um IPM, é muito importante para o militar indiciado a definição quanto à sua ação policial, se foi ou não considerada ação policial legítima. A respeito do assunto, considerando o previsto na Resolução n. 3.666, de 02/06/02 (MAPPAD), é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) Observada sua importância, a manifestação de legitimidade da ação policial deve ser mencionada no relatório final do encarregado do IPM.
- B. ( ) A necessidade de declaração da legitimidade ou não da ação policial ocorre quando o militar pratica, em tese, crimes contra a pessoa, dolosos ou culposos.
- C. ( ) Somente é possível manifestar-se sobre a legitimidade ou não da ação policial em fatos apurados por meio de IPM
- D. ( ) Nos casos em que é necessário manifestar-se sobre a declaração da legitimidade da ação, havendo concurso de agentes, a declaração deverá ser feita observando-se o caso concreto e individualmente para cada agente.**

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**13ª QUESTÃO** – Uma das importantes etapas no processo apuratório é a da audição de testemunhas, fase que requer zelo por parte do encarregado. A respeito do assunto, nos termos da Resolução n. 3.666, de 02/06/02 (MAPPAD), é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) **As testemunhas devem ser ouvidas entre 07 e 18h, mas caso a testemunha solicite, o termo de audição prosseguirá após este horário.**
- B. ( ) As testemunhas devem ser ouvidas juntas ou separadas, dependendo da necessidade verificada pelo encarregado.
- C. ( ) É obrigatória a presença do responsável legal para audição de testemunhas com idade entre 14 e 18 anos.
- D. ( ) A testemunha, para ser ouvida no processo, obrigatoriamente deverá estar portando documento de identificação.

**14ª QUESTÃO** – Conforme as disposições contidas na Resolução n. 3.666, de 02/06/02 – MAPPAD, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) **O acusado, sindicado ou comunicado deverá ser formalmente cientificado da solução de qualquer processo ou procedimento.**
- B. ( ) Um IPM confeccionado por um Tenente do 1º BPM, cuja competência para solução seja do Cmt-Geral, deve ser remetido à DRH para análise e elaboração dos atos decorrentes.
- C. ( ) Caso um militar, na condição de acusado, seja intimado para atos de um processo e não atende à intimação, isto, por si só, implica o reconhecimento da verdade dos fatos.
- D. ( ) A responsabilidade criminal elide a aplicação de sanção disciplinar.

**15ª QUESTÃO** – Um bom mecanismo para a agilização da máquina administrativa em algumas situações é a existência do Procedimento Sumário, instaurado para a apuração de fatos de menor gravidade, bem como para eventual concessão de recompensa. A respeito deste procedimento, nos termos previstos na Instrução de Corregedoria n. 01/05, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) A solução do procedimento pode ser dada pelos comandantes, diretores ou chefes, até o nível de Pelotão.
- B. ( ) **O procedimento pode ser instaurado pelos comandantes, diretores ou chefes, até o nível de Pelotão.**
- C. ( ) É obrigatória a formalização (redução a termo) apenas da oitiva do acusado.
- D. ( ) O encarregado do Procedimento Sumário deve ser, no mínimo, 3º Sargento.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**16ª QUESTÃO** – Na PMMG, a coordenação e controle são necessários em todas as atividades. Em geral, policiais militares são requisitados a comparecerem à Justiça Militar ou Comum, para prestarem declarações ou depoimentos. A respeito do tema, nos termos preconizados na Instrução de Corregedoria n. 01/05, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) Em caso de férias do militar, a única providência que cabe à administração é comunicar tal situação à justiça para fins de adiamento da audiência.
- B. ( ) Na RMBH as requisições judiciais devem ser remetidas diretamente à Corregedoria e, em hipótese alguma, podem ser remetidas diretamente ao comandante do militar.
- C. ( ) Nos casos em que o militar comparecer na condição de testemunha, não há necessidade de requisição prévia.
- D. ( ) O descumprimento de requisições poderá importar em responsabilidade administrativa tanto para o requisitado quanto para o comandante da respectiva unidade.**

**17ª QUESTÃO** – A pontuação relativa às recompensas e comendas recebidas pelo militar é utilizada na análise de uma transgressão disciplinar, para fins de aplicação ou não de sanção disciplinar. Conforme previsto no Decreto n. 42.843, de 16/08/02, bem como no CEDM, no tocante à pontuação a ser considerada para fins de aplicação de sanção, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) A Medalha Guimarães Rosa equivale a três pontos.**
- B. ( ) O cômputo dos pontos de um elogio individual será válido apenas no período de 24 meses, contados a partir da data de concessão.
- C. ( ) A pontuação relativa à menção elogiosa escrita pode ser utilizada para mais de uma transgressão, caso reste saldo positivo.
- D. ( ) Qualquer comenda recebida pelo militar deve ser pontuada.

**18ª QUESTÃO** – A respeito do funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade, de acordo com o previsto no Decreto n. 42.843, de 16/08/02, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) Em procedimento determinado pelo Comandante-Geral, no qual se verifica a prática de transgressão disciplinar por um militar do 90º BPM, deverá ser ouvido o CEDMU do Estado-Maior.
- B. ( ) Durante a audiência do CEDMU, o acusado poderá manifestar-se.
- C. ( ) No âmbito de uma Unidade Operacional, cabe ao Subcomandante fiscalizar a pauta de audiências e a jornada de trabalho do CEDMU.**
- D. ( ) O prazo para o CEDMU analisar e emitir parecer em propostas de recompensas é de 10 dias, contados a partir do recebimento da documentação.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**19ª QUESTÃO** – A dispensa do serviço é uma das recompensas previstas na Corporação. Conforme previsto no CEDM e no Decreto n. 42.843, de 16/08/02, são exemplos de autoridades competentes para conceder esta espécie de recompensa:

- A. ( ) Governador do Estado, Cmt-Geral e Chefe do Estado-Maior.
- B. ( ) Comandante de Unidade, Subchefe de Centro e Cmt de Cia.
- C. ( ) Corregedor, Chefe do Gabinete Militar e Subdiretor de Recursos Humanos
- D. ( ) Chefe de Centro, Chefe de Seção do Estado-Maior e Cmt de Pelotão Destacado.**

**20ª QUESTÃO** – Os mecanismos de coordenação e controle visam harmonizar as atividades da Corporação, por meio da conjugação de esforços. A respeito do tema, nos termos contidos na DPSSP n. 01/2002, é **CORRETO** afirmar:

- A. ( ) O Cmt das operações (CPCia ou CPU) em uma Unidade, somente poderá ser Subtenente ou Sargento nos casos de extrema necessidade, por absoluta falta de oficiais subalternos.**
- B. ( ) O comando de grandes operações será, obrigatoriamente, de oficial superior.
- C. ( ) Em ações e operações em que haja presença de diversas Unidades subordinadas a comandos distintos, o Comandante da operação deve ser definido em face da natureza da ocorrência e não do grau hierárquico.
- D. ( ) É vedada às praças da Unidade a participação na reunião de avaliação crítica, ao final dos trabalhos de uma supervisão técnica.

**21ª QUESTÃO** – “Cada comando, nos diversos níveis, deve definir como organizar, dispor no espaço urbano e gerencial a Polícia Militar em sua circunscrição, com o objetivo de produzir serviços de qualidade e que atendam aos anseios do público alvo desta prestação de serviços.”

O trecho acima, extraído da DPSSP n. 01/2002, retrata qual pressuposto básico no processo de planejamento, coordenação, execução e controle da missão constitucional da PMMG?

- A. ( ) Gestão pública orientada por resultados.**
- B. ( ) Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP).
- C. ( ) Geoprocessamento.
- D. ( ) Planejamento estratégico

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**22ª QUESTÃO** – A guarnição da Viatura Policial 007, composta pelos Cb PM Keixo Duro, Cmt da Viatura e Sd PM Thudo Escuta foi acionada pelo COPOM para comparecer a um local de crime. Lá chegando, o Cb PM Keixo iniciou um trabalho de coleta de informações para a redação do Registro Eletrônico de Defesa Social (REDS). Este graduado, em entrevista à vítima de estupro, a jovem Linda Flor, acabou por causar-lhe grande constrangimento e sofrimento mental com seus questionamentos. Pior ainda: deixou mostras claras de sua discriminação quanto ao credo religioso dela e de seu namorado que ali também se encontrava no momento do ilícito. Comentou que “... tudo ocorreu em razão deles serem daquela religião... que eram dignos de dó...”. Com a atitude do policial o namorado da vítima, Hugo Rossi, ficou muito nervoso, constrangido, e mentalmente abalado e, acabou desmaiando no local. Com relação às assertivas abaixo, que se referem à Lei nr 9.455, de 07abr97, que define os crimes de tortura, assinale a resposta **CORRETA**:

- A. ( ) O fato não pode, em hipótese alguma, chegar a configurar o crime de tortura, pois a obtenção das informações que o militar colhia não se destinam a procedimento judicial.
- B. ( ) O policial não atuando como integrante da Corregedoria da Polícia Militar não pode vir a ser autor de crime de tortura.
- C. ( ) Em razão dos comentários do militar sobre a religião das vítimas, em tese, não há motivos suficientes para a configuração do crime de tortura, pois não há previsibilidade legal para tal.
- D. ( ) O patrulheiro Cb PM Thudo Escuta, componente da VP 007 mesmo não tendo participação direta na ação descrita, em tese, poderá vir a ser incurso em possível crime de tortura pois não interferiu no desenrolar dos fatos, sequer falando com o seu Comandante da viatura.**

**23ª QUESTÃO** – Com relação às assertivas abaixo, que se referem à Lei nr 9.455, de 07abr97, que define os Crimes de Tortura, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) A prática de tortura vem expressamente referida na Constituição Federal, sendo crime inafiançável e insuscetível de graça, e, em casos excepcionais, é possível a anistia.
- B. ( ) O crime de tortura é um crime formal, que se consuma com o sofrimento físico ou mental provocado na vítima.
- C. ( ) Cabe indulto no crime de tortura, ante a ausência de vedação legal.**
- D. ( ) Não há hipótese legal na Lei que define Crimes de Tortura que permite o início do cumprimento de pena diferente do regime fechado.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**24ª QUESTÃO** – Com relação às assertivas abaixo, que se referem à Lei nr 9.455, de 07abr97, que define os crimes de tortura, assinale a resposta **CORRETA**:

- A. ( ) Configura-se o crime de tortura quando o agente provoca, por violência ou grave ameaça, sofrimento físico ou mental, mesmo se inexistentes circunstâncias elementares dos tipos previstos na lei especial.
- B. ( ) O crime de tortura não se consuma com o sofrimento físico ou mental provocado na vítima.
- C. ( ) O elemento subjetivo do crime de tortura é a culpa, o que distingue a tortura de outros crimes semelhantes.
- D. ( ) A tortura que ocorre na hipótese legal “para provocar ação ou omissão de natureza criminosa” estará consumada, mesmo sem haver a ocorrência do crime pretendido pelo agente.**

**25ª QUESTÃO** – Assinale a alternativa correta. São causas de aumento de pena nos crimes de tortura, previstos na Lei 9.455, de 07/04/1997:

- A. ( ) Crime cometido contra portador de deficiência, adolescente; e maior de 50 anos.
- B. ( ) Crime cometido contra a gestante; cometido por particular e contra adolescente.
- C. ( ) Crime cometido contra maior de 55 anos; contra criança e contra agente público.
- D. ( ) Crime cometido mediante seqüestro; contra portador de deficiência e cometido por agente público.**

**26ª QUESTÃO** – Com relação à Lei 11.343, de 23/08/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), marque a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) Na destruição de drogas, a mesma será feita por incineração, no prazo máximo de 90 dias, sendo permitido guardar as amostras necessárias à preservação da prova.
- B. ( ) A incineração prevista na lei, a ser realizada pela autoridade de polícia judiciária competente, depende de autorização judicial, ouvido o Ministério Público, e ao ser executada, necessita da presença do MP, e independe da presença de autoridade sanitária competente.
- C. ( ) Em caso de ser utilizada a queimada para destruição da plantação de drogas, além das cautelas necessárias à proteção ao meio ambiente, fica dispensada a autorização prévia do órgão próprio do Sistema Nacional do Meio Ambiente.**
- D. ( ) Não é necessário perícia a ser realizada no local da incineração das plantações ilícitas, desde que tenha auto circunstanciado.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**27ª QUESTÃO** – Após ler o enunciado da questão, assinale a alternativa **CORRETA**.

A Companhia PM comandada pelo 1º Tenente PM Ceppa Kool programou uma operação conjunta de prevenção e combate ao tráfico ilícito de drogas com a equipe do policial civil Ricardo Discubro, Delegado local. Com fulcro na Lei 11.343, de 23/08/2006, recebeu uma autorização do Poder Judiciário, já ouvido o Ministério Público, dando conhecimento sobre algumas medidas de caráter investigatório. Tendo ciência da persecução criminal relativa a um crime, a respeito da citada lei, cometido na subárea de sua responsabilidade e tendo em vista essa autorização entregue ao seu colega Delegado, o Tenente conhecedor da lei em pauta, porque estudou exaustiva e recentemente para o seu Exame de Aptidão Profissional, pode afirmar, com base na Lei:

- A. ( ) Não é possível autorizar-se qualquer tipo de infiltração de agentes de polícia na operação, em tarefas de investigação, de acordo com a Lei.
- B. ( ) É possível a não-atuação policial sobre os portadores de drogas e seus precursores químicos, desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.**
- C. ( ) É possível o apoio do governo brasileiro, de ofício, a outros países e organismos internacionais, quando estritamente necessário no intercâmbio de inteligência policial sobre desvio de precursores químicos.
- D. ( ) Em hipótese alguma é possível a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, que se encontrem em território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição.

**28ª QUESTÃO** – Com relação à Lei 11.343, de 23/08/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), marque a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) No caso de quem tiver em depósito drogas sem autorização ou em desacordo a determinação legal ou regulamentar poderá ser submetido a pena de prestação de serviços à comunidade pelo prazo de até 10 meses, se reincidente.**
- B. ( ) Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado somente por perito oficial.
- C. ( ) Fica impedido de participar da elaboração do laudo definitivo de constatação da natureza e quantidade da droga, o perito que o subscrever por ocasião do laudo referido na lei, quando da lavratura do auto de prisão em flagrante.
- D. ( ) É insuscetível de sursis, graça, indulto, mas possível de anistia e liberdade provisória o condenado pelo crime relativo ao transporte de maquinário destinado à fabricação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**29ª QUESTÃO** – De acordo com a Lei 11.343, de 23/08/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, marque a alternativa **CORRETA** que cita um PRINCÍPIO do SISNAD:

- A. (  ) **O respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes.**
- B. (  ) A construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país.
- C. (  ) A inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos relacionados.
- D. (  ) A integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

**30ª QUESTÃO** – Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código Penal Militar vigente:

- A. (  ) Exige-se nos crimes de motim e de revolta a reunião de quatro ou mais militares.
- B. (  ) **Trata-se, exemplificativamente, de crime de organização de grupo para a prática de violência, a reunião de dois ou mais militares com armamento ou material bélico, de propriedade militar, praticando violência a pessoas em lugar sujeito à administração militar.**
- C. (  ) Pratica crime militar de recusa de obediência o Soldado que não cumpre determinação de seu superior para comprar um cartão telefônico, para uso particular, na banca de revista.
- D. (  ) Pratica crime militar de violação de segredo profissional, o Sd PM Esquecido da Silva, servindo no 40º BPM, que revela, sem justa causa, apesar de não causar dano a outrem, segredo que tem ciência, em razão de função ou profissão, exercida em local sob a administração militar.

**31ª QUESTÃO** – Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código Penal Militar vigente:

- A. (  ) No homicídio privilegiado pode-se afirmar que o Juiz pode reduzir a pena se ocorrer hipóteses especiais, ou seja, por motivo de relevante valor social e relevante valor moral, não havendo outra hipótese legal para realizar tal diminuição.
- B. (  ) No caso do homicídio culposo, não há hipótese de agravamento da pena prevista no *caput* do artigo, podendo ocorrer o aumento de pena se ocorrer a morte de mais de uma pessoa ou também lesões corporais em outras pessoas.
- C. (  ) **No caso do crime de calúnia, admite a lei penal militar, em regra, que o agente prove que é verdade o que alegou, afastando o caráter ilícito da conduta.**
- D. (  ) Constitui crime de injúria imputar fato ofensivo à reputação de alguém.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**32ª QUESTÃO** – Após a leitura do enunciado da questão, assinale a resposta **CORRETA**:

O 2º Tenente PM Gerson Vantagem sabendo que seria impedido de se inscrever ao Exame de Aptidão Profissional e, estando no interior da Seção de Recursos Humanos, em um momento de descuido dos servidores ali presentes, acabou por alterar uma declaração oficial, modificando o registro de seu impedimento. Infelizmente para ele o Cap PM Thudo Certinho, P/1 da unidade, assaz desconfiado da presença do militar, ao conferir o documento com acurada análise, pois a alteração era idônea para iludir outros militares, descobriu a ação delituosa. Verifica-se que houve o cometimento de crime, previsto no Código Penal Militar, no seguinte tipo penal:

- A. (  ) **Falsificação de documento.**
- B. (  ) Uso de documento falso.
- C. (  ) Falsidade ideológica.
- D. (  ) Supressão de documento.

**33ª QUESTÃO** – Concentre-se na seguinte situação hipotética e, ao final, assinale a alternativa **CORRETA**.

A Cabo Altera Dinha, trabalhando na Companhia de Ensino e Treinamento, verificando a presença do Soldado Aluno Anderson Lindão, que realizaria a prova de Português em sua unidade, ciente de que deveria manter sigilo sobre uma correspondência que continha provas de Português do curso que estava matriculado o militar, deixa o envelope endereçado à administração à vista em sua mesa. O envelope acaba por ser devassado pelo Soldado Aluno, com o intuito de ter acesso antecipado ao conteúdo da prova que lhe seria aplicada. Assim, em tese e de acordo com o Código Penal Militar:

- A. (  ) A Cabo não comete crime militar, porém o Soldado comete crime militar de violação de sigilo profissional.
- B. (  ) A Cabo comete crime militar de violação de sigilo profissional, mas o Soldado não comete crime.
- C. (  ) Ambos cometem crime militar de violação de sigilo funcional.
- D. (  ) **A Cabo comete crime militar de violação de sigilo profissional.**

**34ª QUESTÃO** – Assinale a resposta **CORRETA**.

O Cb PM José, estando encarregado de prover segurança a um caminhão carregado com objetos apreendidos como contrabando, em conluio com o motorista do referido veículo, após romper o lacre aplicado à carroceria, apropria-se de materiais que ali se encontravam em proveito próprio e do civil, lacrando depois, novamente, as portas com lacre por ele surrupiado, anteriormente, para tal fim, comete, em tese:

- A. (  ) crime comum.
- B. (  ) **crime militar de apropriação indébita simples.**
- C. (  ) crime militar de estelionato.
- D. (  ) crime militar de furto simples.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**35ª QUESTÃO** – De acordo com o Decreto-Lei nr 1.002, de 21/10/69 – Código de Processo Penal Militar, marque “V” para as assertivas verdadeiras e, “F” para as falsas e, ao final, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. ( ) Compete à polícia judiciária militar representar às autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado.
- II. ( ) A polícia judiciária militar destina-se à apuração de crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar.
- III. ( ) Não compete à polícia judiciária militar atender o pedido de apresentação de militar à autoridade civil competente.
- IV. ( ) Não existe permissivo legal do magistrado requisitar diligências na fase do inquérito policial militar no Código de Processo Penal Militar

- A. ( ) **V V F F**
- B. ( ) V F V F
- C. ( ) F V F V.
- D. ( ) F F V F

**36ª QUESTÃO** – De acordo com o Código de Processo Penal Militar, existem modos por que pode ser iniciado o inquérito policial militar. Marque a resposta **CORRETA** :

- A. ( ) Por portaria de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, independente da hierarquia do infrator.
- B. ( ) Por decisão do Superior Tribunal Eleitoral.
- C. ( ) Quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, resulte ou não em indício da existência de infração penal militar.
- D. ( ) **a requerimento da parte ofendida.**

**37ª QUESTÃO** – Com um dispositivo da Lei Federal nr 11.259, de 30/12/05, modificou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, marque A ÚNICA RESPOSTA CORRETA, que se refere ao conteúdo dessa alteração:

- A. ( ) **Visou determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança e adolescente.**
- B. ( ) Vedou o emprego de crianças e adolescentes em trabalho escravo nas atividades empresariais e ligadas a indústrias.
- C. ( ) Regulamentou a atividade de crianças e adolescentes em estabelecimentos públicos e atividades privadas, com jornada especial de trabalho.
- D. ( ) O dispositivo foi revogado por ter sido considerado bastante abrangente e contrário aos ditames constitucionais.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC /  
2009

**38ª QUESTÃO** – De acordo com o Manual de Prática Policial, Volume I, que diz respeito ao uso mínimo da força na abordagem a veículo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) A Zona de Crise é a área compreendida ao alcance de um braço, ou a partir de onde encerra a Zona de Alcance.
- B. ( ) Pode-se exemplificar como Ponto de Reflexo a área compreendida da janela do passageiro a um ângulo de 45º, indo até a Zona de Alcance, onde termina.
- C. ( ) A Zona de Alvo é a área que se inicia junto ao Ponto de Reflexo, indo em semicírculo até a frente do pára-lama dianteiro esquerdo.**
- D. ( ) Na Zona de Crise se o motorista ou um passageiro realmente procurar mover-se para oferecer qualquer ameaça, o policial terá limitado sua oportunidade para oferecer qualquer ameaça, é área de médio risco

**39ª QUESTÃO** – De acordo com o Manual de Prática Policial, Volume I, a respeito de “Tática Individual”, no que se refere a “Deslocamento Planejados”, marque “V” para as assertivas verdadeiras e, “F” para as falsas e, ao final, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. ( ) Em situações de perigo potencial ou real, onde a segurança esteja compreendida, os deslocamentos devem ser curtos, no máximo de 25 metros e partindo de uma posição protegida, para outra posição protegida.
- II. ( ) Na pergunta *por onde vou* relativa ao estudo da situação feito pelo policial, este responde a esse questionamento escolhendo o caminho a seguir. A escolha deve ser orientada prioritariamente pela distância.
- III. ( ) Na transposição de obstáculos em dupla ou trio, um dos policiais deverá progredir em posição de tiro até a base do obstáculo a ser vencido. Em seguida, posicionar-se-á com as costas apoiadas no obstáculo e pernas semiflexionadas.
- IV. ( ) Na Área de Risco o policial deve ter atenção com as esquinas ou cantos, que é qualquer situação em que o policial não tem o controle visual devido à existência de uma parede ou porta, a primeira normalmente em 90 graus.

- A. ( ) F F V V.**
- B. ( ) F V F V.
- C. ( ) V F V F.
- D. ( ) V F V F.

